



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 06/08/2015

MENSAGEM Nº 42 IGG

1º Secretário

Teresina (PI), 04 de AGOSTO de 2015.

Excelentíssimo Senhor

Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - ALEPI

NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 06/08/2015

Fernando Monteiro

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR PARCIALMENTE**, o Projeto de Lei que "**Altera a Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí**".

Conforme as razões adiante expostas, o veto incide sobre a redação proposta no art. 5º, deste Projeto de Lei, na forma que segue:

Art. 5º O inciso IX do art. 39 da Lei Complementar nº 12, de 1993, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39.....

IX - exercer as atribuições indelegáveis previstas no artigo 129, II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Contas do Estado, inclusive quando contra estes, deva promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, da probidade e legalidade administrativa, bem como, nos mesmos termos, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por:

- a) Secretário de Estado;
- b) Deputado Estadual;
- c) Membro do Ministério Público;
- d) Membro do Poder Judiciário;
- e) Conselheiro do Tribunal de Contas; e
- f) Prefeito da Capital do Estado." (NR)

06/08/2015
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuelltto de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa

WCA



RAZÕES DO VETO

Em resposta a consulta formulada pela Diretoria de Unidade de Assuntos Jurídicos, por meio do Ofício PGJ nº 806/2015, o Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça sugeriu o veto do art.5º do Projeto de Lei que altera a redação do inciso IX, do art.39, da Lei Complementar Estadual nº 12/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí).

Impende destacar que a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí deve estar alinhada aos preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93). Isso porque, muito embora a Constituição Federal tenha atribuído expressamente aos Estados o poder de editar leis complementares com o escopo de estabelecer a organização, as atribuições e o estatuto do respectivo Ministério Público estadual, tal competência legislativa deve ser exercida em simetria com os preceitos estabelecidos na lei de organização nacional, em obséquio aos princípios institucionais da unidade e da indivisibilidade do órgão ministerial.

Na doutrina de Carlos Henrique Maciel, "... o Procurador Geral de Justiça tem, em comum com o governador (por simetria), a iniciativa comum do projeto de lei complementar estadual no que tange às normas específicas que regerão a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Estado (art.128, §5º, da CF), **observadas as "normas gerais" estabelecidas em lei ordinária federal de iniciativa exclusiva do Presidente da República** (art. 61, §1º, II, "d", segunda parte, da CF)"¹.

Ao se estabelecer no art. 129, incisos III e IX, da CF, que são funções institucionais do Ministério Público: "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" e "exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas", a Constituição traçou os limites a serem seguidos em âmbito nacional e estadual.

Da mesma forma, a fim de estabelecer limites a serem seguidos pelos Estados quando da edição de sua lei, a Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) dispôs em seu art. 29, incisos VIII e IX, o que segue:

Art.29 Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça:

VIII – exercer as atribuições do art. 129, II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa ou os Presidentes dos Tribunais, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções deva ser ajuizada a competente ação.

¹ Cf. *Curso Objetivo de Direito Constitucional*, Malheiros Editores, 6ª edição, 2014, págs.501/502).



*Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador*

IX – delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.

Nesse sentido, ainda que em sede de legislação complementar, não é dado ao legislador estadual alterar a natureza da competência atribuída ao Procurador Geral de Justiça pela Lei Orgânica do Nacional do Ministério Público, a qual, expressamente no seu art. 29, inciso IX, autorizou a delegação das competências ali contidas, desde que para membro do próprio *Parquet*.

Não obstante, subverte os preceitos da organização nacional do ministério público mudar a natureza de tal competência, tornando-a indelegável, como pretendeu a redação proposta, pelo art.5º do presente Projeto de Lei, ao art.39, IX, da LC estadual nº 12/93.

Não se pode, ademais, ampliar o rol de autoridades sujeitas ao inquérito civil e ação civil pública de competência do Procurador Geral de Justiça, vez que o art. 29, inciso VIII da Lei Orgânica Nacional, restringe tais medidas a serem adotadas pelo Procurador-Geral de Justiça quando autoridade reclamada consistir em Governador de Estado, Presidente de Assembleia Legislativa e Presidente de Tribunais.

Nesse sentido, para além da inconstitucionalidade material reflexa por ofensa aos princípios da unidade e indivisibilidade, deve também ser vetado o art.5º do Projeto de Lei em questão por evidenciar inconstitucionalidade formal direta, visto que a mudança na natureza de competência atribuída ao Procurador Geral de Justiça e sua ampliação em assimetria ao estabelecido na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, invade esfera de competência legislativa atribuída pela Constituição Federal ao legislador nacional.

Por fim, tal dispositivo mostra-se contrário ao interesse público, na medida em que, por um lado amplia o elenco das autoridades a serem submetidas no arco de ações civis públicas e inquéritos civis, e, de outro, concentra em um só agente (Procurador-Geral de Justiça) o exercício de tais atribuições, as quais, por lei nacional, podem ser delegadas a outros membros do *Parquet*, para a melhor distribuição das competências constitucionalmente atribuídas ao órgão ministerial.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o dever de veto nos seguintes termos:

"Art. 78. omissis..."

"§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

"§ 2º - omissis..."

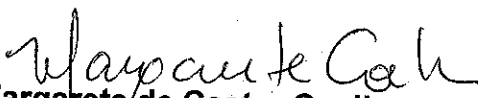
Por todo o exposto, em razão dos vícios formais e materiais evidenciados, amparado nos Princípios Constitucionais da Simetria e da Autonomia Federativa,



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

determinam a observância das normas gerais de organização do órgão ministerial, e ainda, fundamentado também no Princípio da Supremacia do Interesse Público, que a mim compete avaliar, resolvo **VETAR PARCIALMENTE** o Projeto de Lei.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar integralmente** a redação proposta no art. 5º, do Projeto de Lei, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa augusta Casa.


Margarete de Castro Coelho
Governadora do Estado do Piauí em exercício